



ACÓRDÃO Nº65/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11408/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo Municipal de Previdência Social do Município de Beruri – FUNPREB.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Sidney Oliveira Miranda (Ordenador de Despesa) e João Luiz Abreu de Souza (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1286/2019-DMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo Municipal de Previdência Social do Município de Beruri – FUNPREB. Exercício de 2016.

Alcance. Irregularidade. Multa. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. Considerar em Alcance** o Sr(a). **Sidney Oliveira Miranda**, Diretor-Geral e Ordenador de Despesas, no período de 01.01.2016 a 29.05.2016, no valor de **R\$17.205,00** (Dezessete mil, duzentos e cinco reais), que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Fundo Municipal de Previdência Social do Município de Beruri – FUNPREB por descumprimento de improbidades apontadas, nos itens 01 e 14 da Fundamentação do Voto, nos termos do artigo 304, inciso I, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE, c/c o disposto no artigo 22, inciso III, alíneas “b” da Lei Orgânica nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, devendo o montante ser recolhido na esfera Municipal ao Fundo Municipal de Previdência Social do Município de Beruri - FUNPREB, com a devida comprovação nestes autos (artigo 72, III, alínea “a” da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE e artigo 308, §3º, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE). Expirado o prazo estabelecido, e não havendo recolhimento da referida quantia, determine ao Chefe do Poder Executivo daquele município que proceda a inscrição na Dívida Ativa e a imediata cobrança judicial, cientificando este Tribunal de todas as medidas adotadas.



ACÓRDÃO Nº65/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 10.2. Considerar em Alcance o Sr(a). Joao Luiz Abreu de Souza**, Diretor-Geral e Ordenador de Despesas, no período de 30.05.2016 a 31.12.2016, no valor de **R\$17.205,00** (Dezessete mil, duzentos e cinco reais), que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Fundo Municipal de Previdência Social do Município de Beruri – FUNPREB por descumprimento pelas improbidades apontadas, nos itens 01 e 14 da Fundamentação do Voto, nos termos do artigo 304, inciso I, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE, c/c o disposto no artigo 22, inciso III, alíneas “b” da Lei Orgânica nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, devendo o montante ser recolhido na esfera Municipal ao Fundo Municipal de Previdência Social do Município de Beruri - FUNPREB, com a devida comprovação nestes autos (artigo 72, III, alínea “a” da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE e artigo 308, §3º, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE). Expirado o prazo estabelecido, e não havendo recolhimento da referida quantia, determine ao Chefe do Poder Executivo daquele município que proceda a inscrição na Dívida Ativa e a imediata cobrança judicial, cientificando este Tribunal de todas as medidas adotadas.
- 10.3. Julgar irregular a Prestação de Contas do Sr. Sidney Oliveira Miranda**, Diretor-Geral e Ordenador de Despesas, no período de 01.01.2016 a 29.05.2016, nos termos dos artigos 18, inciso II, da Lei Complementar nº. 06/1991, c/c o artigo 1º, inciso II, artigo 22, inciso III, alíneas “b” da Lei Orgânica nº. 2423/1996 – LOTCE/AM e artigo 188, §1º, inciso III, alíneas “b” da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.4. Julgar irregular a Prestação de Contas do Sr. Joao Luiz Abreu de Souza**, Diretor-Geral e Ordenador de Despesas, no período de 30.05.2016 a 31.12.2016, nos termos dos artigos 18, inciso II, da Lei Complementar nº. 06/1991, c/c o artigo 1º, inciso II, artigo 22, inciso III, alíneas “b” da Lei Orgânica nº. 2423/1996 – LOTCE/AM e artigo 188, §1º, inciso III, alíneas “b” da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.5. Aplicar Multa ao Sr. Sidney Oliveira Miranda**, Diretor-Geral e Ordenador de Despesas, no período de 01.01.2016 a 29.05.2016, no valor de **R\$13.654,39** (Treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, na forma prevista no artigo 1º, XXVI, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, nos termos do artigo 54, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, c/c o artigo 308, inciso VI, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, pelo cometimento das impropriedades listadas no voto. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do



ACÓRDÃO Nº65/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.6. Aplicar Multa ao Sr. Joao Luiz Abreu de Souza, Diretor-Geral e Ordenador de Despesas, no período de 30.05.2016 a 31.12.2016, no valor de **R\$ 13.654,39** (Treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, na forma prevista no artigo 1º, XXVI, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, nos termos do artigo 54, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, c/c o artigo 308, inciso VI, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, pelo cometimento das impropriedades listadas no voto.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.7. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que:

a) Encaminhe à atual Administração do Fundo Municipal de Previdência Social do Município de Beruri - FUNPREB, as cópias autênticas das peças emitidas pela Comissão de Inspeção e pelo Representante Ministerial, visando evitar o cometimento das mesmas impropriedades em Prestação de Contas futuras;

b) Notifique os Senhores **Sidney Oliveira Miranda**, Diretor-Geral e Ordenador de Despesas, no período de 01.01.2016 a 29.05.2016, e **João Luiz Abreu de Souza**, Diretor-Geral e Ordenador de Despesas, no período de 30.05.2016 a 31.12.2016, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para ter ciência do decisório e, querendo, apresentem o devido recurso;

c) Após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002-RITCE, adote as providências do artigo 162, §2º, do RITCE.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 4

ACÓRDÃO Nº65/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

11- Ata: 2ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 4 de Fevereiro de 2020.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral, em substituição.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira Relatora

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA

Procuradora-Geral, em substituição